

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1000146-48.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Práticas Abusivas**
 Requerente: **Edésio das Neves Almeida**
 Requerido: **Discasa Distribuidora Sãocarlense de Automóveis Ltda e outro**

EDÉSIO DAS NEVES ALMEIDA pediu a condenação de **DISCASA DISTRIBUIDORA SÃOCARLENSE DE AUTOMÓVEIS LTDA** e **VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA** ao pagamento de indenização pelos danos materiais e morais causados, haja vista o vício de fabricação no motor de seu automóvel VW/Voyage, tendo a concessionária e a montadora negado o respectivo reparo, com custo estimado em R\$ 4.581,62.

As rés foram citadas e contestaram os pedidos.

Discasa Distribuidora Sãocarlense de Automóveis LTDA arguiu sua ilegitimidade passiva, a decadência do direito do autor e a inexistência de vício no produto.

Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores LTDA defendeu a indevida concessão do benefício da justiça gratuita para o autor e a ausência de vício de fabricação do veículo

Em réplica, o autor insistiu nos termos iniciais.

A decisão de saneamento do processo manteve o benefício da gratuidade processual ao autor, afastou as arguições de ilegitimidade passiva da concessionária e de decadência do direito, e deferiu a produção de prova pericial.

Juntou-se aos autos o laudo pericial, sobrevivendo manifestação das rés.

Encerrada a instrução, somente a primeira ré apresentou suas alegações finais.

É o relatório.

Fundamento e decido.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Sustenta o autor que o problema mecânico surgido em seu automóvel decorreu de um vício de fabricação, haja vista tratar-se de um motor com baixa quilometragem (29.867 km) e que, por isso, não poderia apresentar um desgaste de suas peças de modo tão prematuro.

Nesse sentido, seria o caso de reconhecer a responsabilidade objetiva das fornecedoras se ficasse demonstrada a existência do vício oculto, que teria tornado o produto impróprio ou inadequado ao consumo ou lhe diminuído o valor (art. 18 do Código de Defesa do Consumidor). Ocorre que a diligência pericial constatou que o defeito mecânico não decorreria de um problema de projeto ou de fabricação do motor, mas sim da ausência das manutenções periódicas necessárias para preservação do bem.

Conforme concluiu o perito judicial: "*(...) os fatores mencionados nos itens 4 desta conclusão, são as causas mais prováveis dos problemas ocorridos no veículo do Autor e da necessidade dos reparos que teriam sido realizados*" (fls. 308/309), sendo que, em tal item, aponta os seguintes fatores: Ausência da troca de óleo a partir dos 13.925 km, o que indica ter havido deterioração como contaminação e perda de viscosidade do óleo utilizado; a inadequada lubrificação dos componentes do motor; e o fato do óleo estar muito sujo, o que pode ser constatado pelo desgaste excessivo dos balancins do sistema de comando de válvula e o estado dos tuchos do veículo (fls. 306/308).

Ademais, em resposta aos quesitos apresentados pelas partes, o *expert* deixou expressamente consignado que "*o veículo rodou por cerca de 30 mil km, sem apresentar problemas, o que descarta a possibilidade de ter havido defeito de fabricação ou projeto*" (fl. 309), bem como que "*não há comprovações de que o veículo tenha recebido manutenção, trocas de óleo e filtros após essa data e quilometragem, até novembro de 2016 quando o problema apareceu e o veículo já havia rodado quase 30 mil km*" (fl. 310).

Ressalta-se, por outro lado, que o autor não demonstrou ter realizado as revisões periódicas nos prazos definidos pela fabricante, ainda que em oficina particular, de modo que a conclusão trazida no laudo pericial deve prevalecer.

Portanto, inexistindo o vício do produto alegado pelo autor, o pedido não deve ser acolhido. Nesse sentido:

"APELAÇÃO. Compra e venda. Ação de indenização por danos morais e materiais. Sentença de improcedência. Apelo da autora. Veículo novo, que apresentou problemas no motor após seis anos de uso. Laudo pericial conclusivo, no sentido de que a trinca no bloco do motor não é vício de fabricação, mas decorre da falta de manutenções preventivas e corretivas. Autora que não comprovou a realização de revisões periódicas. Sentença mantida. Honorários recursais. Art. 85, § 11, do CPC. Litigância de má-fé não configurada. Apelo desprovido." (TJSP, Apelação nº

P O D E R J U D I C I Á R I O


 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

1013723-51.2016.8.26.0344, 29ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Carlos Dias Motta, j. 25/06/2018).

"Civil. Bem móvel. Compra e venda de veículo. Ação redibitória cumulada com pedido de indenização por dano moral. Sentença de improcedência. Pretensão à reforma. Alegado vício de fabricação. Elementos dos autos que não amparam a pretensão autoral. Laudo pericial produzido nos autos que atesta a inexistência do propalado vício. Autor que na petição inicial confessa não ter efetuado as revisões periódicas, as quais são condições para a concessão da garantia, segundo disposto no manual de manutenção do veículo. Razões recursais sem potência de alterar a solução dada à causa. Sentença mantida. RECURSO DESPROVIDO." (TJSP, Apelação nº 0010533-59.2013.8.26.0132, 27ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Mourão Neto, j. 24/04/2018).

Diante do exposto, **rejeito os pedidos** e condeno o autor ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios dos patronos da ré fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

A execução dessas verbas, porém, fica suspensa, nos termos do art. 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 31 de agosto de 2018.


 Carlos Castilho Aguiar França
 Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA